

RECLAMAÇÃO Nº 39.365 - SP (2019/0350574-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECLAMANTE : IOLE BELATTO MARQUES
RECLAMANTE : CARLOS ALBERTO MARQUES
ADVOGADOS : WALDIR SINIGAGLIA - SP086408
WERNER SINIGAGLIA - SP124013
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : IMATION DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : JOSÉ EDUARDO MASCARO DE TELLA - SP025172

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Os reclamantes, na origem, interpuseram apelação, requerendo preliminarmente a concessão dos benefícios da justiça gratuita, indeferidos monocraticamente. Os apelantes fizeram uso de agravo interno, o qual também foi obstado por decisão unipessoal do relator.

Assim, sustentam ser cabível seu pleito reclamatório nesta instância, pois o Tribunal reclamado teria usurpado "a competência exclusiva do Órgão Colegiado, sendo este uma caso grave de inversão dos mais comezinhos princípios da hierarquia judiciária" (e-STJ fl. 9).

Requerem liminarmente a suspensão do ato impugnado e, no mérito, a cassação da decisão da origem (e-STJ fls. 10/11).

É o relatório.

Decido.

A reclamação constitucional é instrumento processual de aplicação restrita.

Com efeito, nos termos do art. 105, I, alínea "f", da CF, presta-se tal medida para preservar a competência e garantir a autoridade das decisões dos tribunais.

No caso dos autos, não houve usurpação de competência nem descumprimento, pela autoridade reclamada, de alguma determinação proferida por esta Corte, de modo a justificar a presente ação. Com efeito, os reclamantes sequer apontam eventual descumprimento de decisão do STJ pelo órgão reclamado.

Em vista disso, cumpre acrescentar que eventual insurgência, se acaso existente, deve ser deduzida por intermédio do instrumento processual adequado. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não cabe reclamação como sucedâneo de recurso a ser interposto perante a instância ordinária de decisão na fase de liquidação.

2. Hipótese em que a reclamante se insurge contra a forma como foi conduzida, pelo juízo de primeiro grau, a liquidação de sentença, abordando questões não decididas pelo STJ no acórdão reclamado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na Rcl n. 9.165/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA

Superior Tribunal de Justiça

SEÇÃO, julgado em 27/2/2013, DJe 4/3/2013.)

RECLAMAÇÃO. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. NÃO CABIMENTO.

1. A Reclamação é instrumento de matriz constitucional cuja função precípua é preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça, bem como resguardar a autoridade de suas decisões. É nesse sentido o teor do art. 105, I, 'f' da Constituição Federal, e do art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
2. Com base nos referidos dispositivos, a utilização da reclamação sob a alegação de contrariedade à interpretação à lei federal adotada pelo STJ é repelida pela jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual a reclamação presta-se somente a preservar a sua competência ou garantir a autoridade de seus julgados tomadas no próprio caso concreto, não sendo viável como sucedâneo recursal (v.g. AgRg na Rcl 3512 / DF, Segunda Seção, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe 29/6/2009).
3. Na hipótese dos autos, verifica-se que o reclamante apenas apresenta sua inconformidade quantos aos atos praticados pelos reclamados que, no seu entender, divergiram da jurisprudência pacífica desta Corte, sem, contudo, indicar como teria ocorrido a usurpação de competência desta Corte, ou afronta a autoridade de sua decisão.
4. Reclamação não conhecida.
(Rcl n. 2.837/RJ, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/5/2011, DJe 17/5/2011.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ OU DE DESCUMPRIMENTO DE SUAS DECISÕES. UTILIZAÇÃO INDEVIDA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRETENSÃO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL.

1. A decisão que nega provimento a recurso de agravo de instrumento desafia a interposição de agravo regimental.
2. É incabível a utilização de reclamação como sucedâneo recursal. Precedentes: AgRg na Rcl 6.199/SP, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, DJe 19/12/2011; Rcl 7.415/SP, Relator Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 23/3/2012; e AgRg na Rcl 5.751/DF, Relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 9/9/2011.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Rcl n. 8.375/RJ, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/5/2012, DJe 15/5/2012.)

Acrescente-se que o agravo interposto na origem seria de conhecimento do órgão colegiado do TJSP, e não desta Corte Superior, de maneira que, se houvesse alguma usurpação de competência, o prejudicado seria o Colegiado do Tribunal de origem competente para apreciar o recurso.

Diante do exposto, com amparo no art. 34, XVIII, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a reclamação, extinguindo o processo sem resolução do mérito.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator